



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **10880.003744/98-12**

Acórdão : **201-75.405**

Recurso : **110.967**

Sessão : **16 de outubro de 2001**

Recorrente : **CREDITEL – COMPRA E VENDA DE LINHAS TELEFÔNICAS LTDA.**

Recorrida : **DRJ em São Paulo - SP**

**PIS – LINHAS TELEFÔNICAS** – A disponibilização de linhas telefônicas na forma da transferência definitiva de direitos de seu uso, na condição de um negócio que envolve a sua aquisição para posterior alienação não representa venda de mercadoria e sim um serviço prestado. Desta circunstância decorre faturamento, fato gerador da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **CREDITEL – COMPRA E VENDA DE LINHAS TELEFÔNICAS LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2001



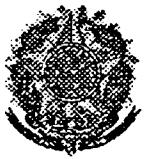
Jorge Freire  
**Presidente**



Rogério Gustavo Dreyer  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiza Helena Galante de Moraes, Serafim Fernandes Corrêa, Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.

Iao/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 10880.003744/98-12**

**Acórdão : 201-75.405**

**Recurso : 110.967**

**Recorrente : CREDITEL – COMPRA E VENDA DE LINHAS TELEFÔNICAS LTDA.**

## **RELATÓRIO**

Contra a contribuinte foi lavrado auto de infração exigindo a Contribuição para o PIS, com base na LC nº 07/70 e Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, acrescida de multa e juros.

Em sua impugnação alude a inconstitucionalidade dos decretos-leis amparadores do auto de infração e a sua não sujeição ao tributo, tendo em vista não ter faturamento, vez que as operações da pessoa jurídica referem-se à cessão de direito de uso de linhas telefônicas. Cita doutrina e jurisprudência.

Na decisão ora guerreada, o julgador monocrático determina a adequação do lançamento com base nos termos da IN SRF nº 31, de 08.04.97, bem como reduz a multa para 75%, com base no artigo 44 da Lei nº 9.430/96. Da parte excluída recorreu de ofício a este Egrégio Conselho. O referido procedimento foi julgado pela Segunda Câmara deste Segundo Conselho de Contribuintes, dele decorrendo o Acórdão de nº 202-10.586, negando provimento por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, Eminente Conselheira Maria Teresa Martinez López.

Inconformada, a contribuinte interpôs o presente recurso voluntário, reiterando os argumentos expendidos quanto à matéria remanescente, citando jurisprudência.

Em suas contra-razões, a Procuradoria da Fazenda Nacional propugna pela manutenção do lançamento.

É o relatório.

A signature in black ink, appearing to read "J. M. Martinez López".



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10880.003744/98-12  
**Acórdão :** 201-75.405  
**Recurso :** 110.967

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

A matéria já foi objeto de análise pelo Colegiado, relativamente à COFINS. Diferiram os pares somente quanto aos fundamentos. Parte da Câmara entendeu conceituar-se a operação como venda de mercadoria, parte como prestação de serviços. Ainda que irrelevante para o tributo que aqui se discute qual a natureza do faturamento, se decorrente de vendas de mercadorias ou de serviços, reitero que o meu entendimento persiste quanto a esta última hipótese.

Neste sentido, prolatei voto no Recurso nº 102.648, Processo nº 10880.062623/93-16, que reproduzo como segue:

*"Deflui do relatório que a matéria sob julgamento cinge-se a reconhecer ou não ser a operação objeto da atividade da recorrente, fato gerador da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.*

*Reconheço que os fatos apurados para sustentar a atividade da contribuinte, como sujeitas à contribuição, referem-se a uma operação de cessão de direitos de uso de linha telefônica. Ainda que não conste dos autos como tal atividade é operacionalizada, remetendo ao entendimento de que tal se faça mediante contrato, esta circunstância me parece irrelevante para definir a natureza da prática.*

*O que se constata, de forma indvidosa, é que a recorrente adquire, no mercado, direitos de uso de linha telefônica e os transfere, através de uma operação, a um terceiro interessado, que se conceitua como seu cliente.*

*Resta então definir se tal prática se constitui receita bruta decorrente de venda de mercadorias, mercadorias e serviços ou de serviços de qualquer natureza para sustentar a ocorrência do faturamento, fato gerador da obrigação.*

*De pronto, ao exercer uma atividade que disponibiliza, mediante remuneração, um bem com substância patrimonial, ainda que incorpóreo, quem a exerce aufera receita.*

*Resta determinar se tal circunstância afeiçoada à venda de mercadorias, de mercadorias e serviços ou de serviços de qualquer natureza, condição*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10880.003744/98-12  
Acórdão : 201-75.405  
Recurso : 110.967

*necessária e suficiente para a ocorrência do fato gerador, o faturamento mensal, no atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 114 do CTN.*

*A matéria é controvertida.*

*Relembro que tanto a decisão recorrida como a manifestação da Procuradoria da Fazenda Nacional entendem ter ocorrido a venda de mercadoria, pela prática de um ato de comércio. Concordo com a conclusão. Divirjo quanto à premissa. Conceitualmente, o comércio representa atividade relativa à permutação, troca, compra e venda de produtos ou valores. Esta é a definição retratada no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.*

*Vê-se, portanto, que o ato de comerciar pode envolver valores e não somente a produtos (mercadorias).*

*O conceito de mercadoria é definido pela legislação dos tributos que nela tenham como amparo elemento constitutivo do fato gerador. Até mesmo atribui-se tal conceito por definição legal, como é o caso da energia elétrica para os efeitos de submissão ao ICMS. Inexistindo definição legal tributária exaustiva, é de aplicar-se o conceito usual ou estabelecido pelo direito privado.*

*O Código Comercial Brasileiro, ao tratar da compra e venda mercantil, em seu artigo 191, in fine, refere que é unicamente considerada mercantil a compra e venda de efeitos móveis e semoventes, para os revender a grosso ou a retalho, na mesma espécie ou manufaturados, ou para alugar o seu uso; compreendendo-se na classe dos primeiros a moeda metálica e o papel-moeda, títulos de fundos públicos, ações de companhias e papéis de crédito comerciais, contanto que nas referidas transações o comprador ou vendedor seja comerciante.*

*Depreende-se daí que o conceito legal de mercadoria abrange, inclusive, a moeda e o papel moeda, além dos documentos que expressa.*

*Aplicável, portanto, e a meu ver, para efeitos de incidência da COFINS, tal conceito para definir o alcance do vocábulo mercadoria. Por tal poder-se-ia entender que a operação efetuada e discutida nos presentes autos envolveu a venda das ações da companhia telefônica, eventualmente dissociável da cedência do direito de uso. No entanto, tal entendimento não passa de*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10880.003744/98-12  
**Acórdão :** 201-75.405  
**Recurso :** 110.967

*presunção relativa, visto que nos autos há somente referência à transmissão de direito de uso de linhas telefônicas.*

*Tenho presente, portanto, que o objeto do ato de comércio e do faturamento decorrente da receita bruta auferida não se refere a mercadoria, mas quando muito, a valores atribuídos ao direito que se transfere.*

*No entanto, a operação perpetrada afeiçoa-se, no meu entendimento, a uma inequívoca prestação de serviços.*

*Os fatos indiscrepantes dão conta de que a recorrente adquire direitos que pessoas físicas ou jurídicas detêm, junto aos prestadores de serviços telefônicos, de usar uma linha telefônica da qual decorrerá um serviço de telecomunicação. A utilização ou não de tal serviço não implica na perda do direito de uso, exercível a qualquer momento.*

*Não implica ainda na indisponibilidade do direito de quem o detém de transferi-lo a terceiros. No presente caso, o detentor de tal direito o transferiu para a recorrente, a qual, de forma cristalina o adquiriu para ofertá-lo a terceiros. Não o adquiriu para uso próprio. Teve individualmente a pretensão de ofertá-lo a interessados, concentrando, na forma de um negócio, linhas telefônicas disponíveis visando atrair clientes interessados. Em assim agindo, a este prestou um serviço, evitando que o adquirente trilhasse o caminho próprio e direto na aquisição de tal direito de seu detentor.*

*Entendo residir aí a prestação do serviço que defendo. Aliás, esta poderia ter sido efetuada mediante a simples intermediação, constituindo-se, então, faturamento do serviço prestado a receita bruta decorrente do recebimento do valor da comissão cobrada de qualquer ou de ambas as partes envolvidas.*

*A opção da Recorrente ao sistema que decidiu utilizar não transmuda, a meu ver, a natureza da operação. Continua a ser uma prestação de serviços. Este serviço, o da disponibilização de linhas telefônicas mediante a cedência de seu direito de uso.*

*Devo ressaltar ainda que tal operação não se refere a arrendamento ou locação, circunstância que afastaria de vez a incidência da contribuição. A*



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10880.003744/98-12  
**Acórdão :** 201-75.405  
**Recurso :** 110.967

*cedência do direito é feita de forma definitiva, encerrando-se o negócio com a perfectibilização jurídica da transferência e do recebimento do preço avençado.*

*Devo ainda, para que não pairem dúvidas sobre o entendimento que esposo, mencionar duas questões suscetíveis.*

*A primeira delas, a da utilização impositiva da norma legal que instituiu o imposto sobre os serviços de qualquer natureza. A citação, no artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, a serviços de qualquer natureza não autoriza se depreenda que, como tal, se vincule somente a prestação dos serviços elencados no Decreto Lei nº 406/68, com a redação determinada pela Lei Complementar nº 56/87 como fatos geradores da contribuição guerreada. Basta que a natureza da atividade exercida se conceitue, *lato sensu*, como uma prestação de serviços, da qual decorra auferição de receita bruta, para que a contribuição incida.*

*A segunda, relativa à exclusão da prestação de serviços, quando a operação envolva a prática de um ato de comércio. Tenho presente que uma circunstância não é, por conceito, excludente da outra. Se a prestação do serviço, como no caso, por suas circunstâncias, envolva uma venda (ato de comércio), não deixa de constituir-se a prática como prestação de serviços. Cito como exemplo, de forma subsidiária, na relação de serviços constantes do Decreto- Lei nº 406/68, a distribuição e venda de bilhetes de loteria, indubidosa operação de prestação de serviço que envolve um ato de comércio.*

*Neste diapasão, entendo auferida a receita bruta e o decorrente faturamento da denominada venda de um serviço de qualquer natureza a fazer incidir a contribuição reclamada.”*

Pelo exposto, voto por negar provimento ao recurso interposto.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2001

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER